**Parecer Jurídico 45/2024**

28 De Junho de 2.024

PROCESSO:  **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 32/2024**

PROPONENTE:  **PODER EXECUTIVO**

REQUERENTE PARECER: **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**1- Relatório**

Projeto de Lei Ordinária n° 32/2024, proposição da lavra do senhor prefeito Municipal Fernando Gorgen, que dispõe sobre permissão do Município de Querência para instalação do Loteamento denominado “Residencial e Comercial Jardim Itália”, na área urbana da cidade, com área de 100.000,00 m² cem mil metros quadrados.

O Projeto foi recebido pela secretaria em 14/06/2024, sob o protocolo n° 332/2024 aceito pela mesa e colocado para cumprimento de pauta em exercício do mero juízo de delibação que lhe impõe o Regimento Interno-Resolução nº 01/2015 em seu art. 130.

O projeto de lei veio **NÃO VEIO** acompanhado de justificativa.

É o relatório do essencial. Passo à análise jurídica.

**2.0 Análises Jurídicas**

Ab initio, considera-se conveniente a consignação de que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam no Processo Legislativo em epígrafe até a presente data, e tem como finalidade prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da aprovação dos mesmos.

Considerando a sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Querência, conforme dispõe as atribuições do procurador jurídico legislativo contido no anexo IV na Lei Municipal n° 965/2015.

Impende salientar que, a emissão deste Parecer por esta Assessoria não substitui o parecer de mérito emitido pela Comissão especializada, composta pelos representantes do povo, que constitui manifestação legitima deste parlamento, que deverá analisar todas as nuances sociais e políticas da proposta ora analisada.

Dando continuidade, passo a análise da técnica legislativa da proposta. Perlustrando os autos, verifica-se que a mesma encontra-se eivada com “**vício de inconstitucionalidade formal**”, eis que a proposta analisada não respeitou o procedimento de elaboração da norma (processo legislativo) determinado no artigo 154, 3°, vejamos.

**Art. 154** Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

(...)

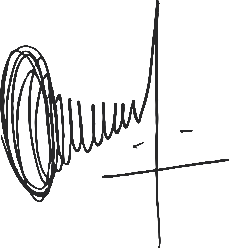
**3º O autor deverá justificar a proposição por escrito.**

* **4º A falta da justificativa importará na devolução da proposição ao autor.**

Assim, entende esta procuradoria que o Projeto deverá ser **DEVOLVIDO AO AUTOR PARA CORREÇÃO DO VICIO.**

**3- Conclusão:**

A guisa dessas considerações, essa Procuradoria Jurídica tendo como analise a constitucionalidade e técnica legislativa da proposta, **OPINA INCONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSTA,**  eis que o a proposta não respeitou os ditames trazidos do artigo 154, §3°do Regimento Interno desta Casa de Leis.

 **Este é o parecer s.m.j**

**Kelly Cristina Rosa Machado**

**Procuradora Legislativa – OAB/MT 13449**

**Matrícula 39**